



Governo do Estado do Ceará – Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Coordenação do Comitê Estadual de Políticas Penais

ANEXO I

Orientações:

Este Formulário possui a finalidade de subsidiar o processo de elaboração do Plano Estadual para aprimoramento do sistema penitenciário cearense, em conformidade com o quanto decidido pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADPF nº 347.

Por favor, para o preenchimento do Formulário observe as instruções abaixo:

- Preencha todos os campos deste Formulário e envie seus comentários durante o período em que a Consulta Pública estiver aberta ao recebimento de contribuições.
- Após o preenchimento, este Formulário poderá ser enviado para a Comitê Estadual de Políticas Penais – CEPP, por e-mail, no endereço eletrônico indicado no Edital de Consulta Pública.
- As contribuições recebidas fora do prazo, ou que não forem enviadas neste Formulário, não serão consideradas.
- As contribuições recebidas serão avaliadas pelo Comitê Estadual de Políticas Penais e /ou suas respectivas Câmaras Temáticas, podendo vir a compor o Plano Estadual.
- Esse processo contribuirá para a transparência, participação e controle da sociedade, legitimando o processo de elaboração do Plano Estadual.

Muito obrigado pela sua participação!

COMITÊ ESTADUAL DE POLÍTICAS PENAIS – CEPP



Governo do Estado do Ceará – Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Coordenação do Comitê Estadual de Políticas Penais

Formulário para envio de contribuições em consulta pública

I. Identificação do participante

Nome Completo:	
CPF / CNPJ:	
Naturalidade:	UF:
Telefone: ()	E-mail:

1. Por favor, aponte abaixo qual o seu segmento. (Marque apenas uma opção)

- Entidade pública
 Entidade privada
 Entidade de classe ou categoria profissional
 Academia ou instituição de ensino e pesquisa
 Pessoa física
 Outro (especificar): _____

Identifique a entidade ou instituição que representa; tratando-se de pessoa física, indique sua profissão e local de trabalho: _____

II. Contribuições para a Consulta Pública

Eixo 1: Superlotação carcerária

1. Enumere, em ordem de prioridade, as ações mitigadoras abaixo, visando ao enfrentamento do excesso de contingente populacional do sistema penitenciário:

- racionalizar a porta de entrada do Sistema Penal;
 regularizar as situações processuais penais;
 priorizar a responsabilização por meio de alternativas penais ao encarceramento;
 reforçar a garantia de acesso à justiça e ampla defesa;
 qualificar e recalculas as vagas do sistema prisional.

2. Que medidas você entende cabíveis para implementar as ações acima?

Eixo 2: Condições do sistema prisional

1. Enumere, em ordem de prioridade, as ações mitigadoras abaixo, visando à melhoria das condições e serviços dos estabelecimentos penitenciários:

- () melhoria da habitabilidade, como iluminação, ventilação e salubridade;
- () melhoria da alimentação, vestuário e itens de higiene pessoal;
- () aprimoramento dos procedimentos de gestão prisional, capacitação e promoção da saúde mental dos servidores penais;
- () ampliação do acesso à justiça em prol da população privada de liberdade;
- () ampliar e qualificar a oferta e acesso a trabalho, renda e mecanismos de remição de pena;
- () garantir e ampliar a oferta e o acesso à assistência religiosa.

2. Que medidas você entende cabíveis para implementar as ações acima?

Eixo 3: Reinserção social

1. Enumere, em ordem de prioridade, as ações mitigadoras abaixo, visando aprimorar o processo de reinserção social do egresso do sistema penitenciário:

- () qualificar os procedimentos de soltura em estabelecimentos prisionais;
- () consolidar a Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (PNAPE);
- () criar mecanismos que garantam o acesso ao mercado de trabalho;
- () adotar estratégias de atenção ao egresso, como atendimento psicossocial e jurídico;

2. Que medidas você entende cabíveis para implementar as ações acima?

Eixo 4: Políticas de não repetição

1. Enumere, em ordem de prioridade, as medidas que você considera mais necessárias para prevenir a repetição do estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário:

- () desenvolvimento de políticas que promovam a equidade racial no ciclo penal;
- () fortalecimento da cultura de atendimento aos precedentes vinculantes dos Tribunais Superiores, relacionados, por exemplo, ao regime penitenciário e ao princípio da insignificância;
- () qualificar a coleta de dados acerca do perfil e condições sociais das pessoas privadas de liberdade, visando à construção de políticas sociais específicas;
- () ampliar as fontes de financiamento voltadas às políticas penais;
- () aprimorar o controle social sobre o planejamento orçamentário, permitindo que organizações e segmentos da sociedade civil possam contribuir para a definição de prioridades na políticas penais;
- () aprimorar os mecanismos de responsabilização por falhas institucionais, notadamente que importem sujeição do custodiado a excesso de pena, ou, ainda a exposição a situações cruéis e degradantes;
- () aprimorar a formação dos servidores penais e do Sistema de Justiça, tendo em vista suas competências e conhecimentos, com foco na custódia; inclusão social bem como na percepção da visão do jurisdicionado.

2. Que medidas você entende cabíveis para implementar as ações acima?
